



Debate do Relatório – Regras do Serviço Público de Transporte Aéreo de e para a Região Autónoma dos Açores – 23 de Fevereiro 2006

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhora e Senhores Membros do Governo.

A discussão e o debate que o Relatório sobre o Serviço Público de Transporte Aéreo de e para os Açores originou nos últimos meses, permitiu concluir que o actual modelo não cumpriu os objectivos prometidos pelo Governo Regional e não serve os interesses dos açorianos. Este modelo falhou!

Foi o senhor Presidente do Governo que afirmou, passo a citar, *"a aprovação pelo Governo da República do novo modelo de transporte aéreo para os Açores, constitui uma medida muito positiva, que revela a fundamentação da proposta apresentada*

pela Região. O novo modelo a aplicar a partir de Janeiro de 2005, vai possibilitar que várias transportadoras aéreas possam voar para os Açores num clima concorrencial, ainda que condicionado por obrigações de serviço público”, fim de citação. (Expresso das Nove – 9/7/2004)

Se a intenção era essa(?),... se a intenção era garantir um clima concorrencial, não passou disso mesmo – uma intenção! Se não era, tudo fica bem mais claro (!). Mais claro, porque na prática, deixaram tudo como estava, só que bastante mais caro!

Era essa a intenção? Deixar tudo como estava, mudando apenas o nome do “objecto”.

A proposta do Governo Regional para as Regras de Serviço Público, conseguiu transformar o serviço, antes, praticado em regime de “monopólio”, noutro, que apenas permitiu “monopolizar” a “liberalização controlada”.

Para quem tanto prometeu, os factos são indesmentíveis! Passamos a pagar mais cara a nossa condição de insulares e ultra-periféricos.

Na altura o PSD solicitou por 3 vezes esclarecimentos ao Governo Regional. As respostas chegaram carregadas de contradições e inconsistências, e variaram conforme a cor predominante no Conselho de Ministros em Lisboa.

Em Janeiro de 2005, a culpa toda era do Governo da República. Nas declarações do senhor Secretário da Economia, era o Governo da República o responsável pelo aumento do custo das passagens.

V. Exa. disse na altura que os açorianos estavam a pagar mais por uma passagem aérea “por falta de solidariedade do Governo da República”.

Recordo no entanto que, em audição em sede da Comissão de Economia, V. Exa. afirmou que a

proposta de subsídio ao bilhete no valor de 100 euros era a ideal e que 95 euros eram um valor razoável. No entanto, em declarações publicadas num semanário regional, referiu também que *"que o subsídio ao bilhete de 87 euros não ponha em causa a viabilidade do modelo"*. (*Expresso das Nove – 9/7/2004*)

Como é que ficamos? Se, nas palavras do próprio Governo Regional, o subsídio ao bilhete no valor de 87 euros, fruto da alegada "falta de solidariedade da República", não ponha em causa a viabilidade do modelo. Se, para mais, este valor foi aceite pelos operadores, foi, e é, legítimo perguntar por que é que os açorianos começaram a pagar mais 16 euros no custo de uma passagem?

Em Abril de 2005 o Governo Regional deixou de falar em "falta de solidariedade". Nessa altura, em Lisboa, o governo era socialista. Percebo, percebemos todos, que manter a mesma acusação já não era política e partidariamente correcto.

Passou então o Governo Regional a falar no aumento do petróleo no mercado internacional.

Quando um argumento é substituído por outro, e o outro não bate certo, como na altura tive oportunidade de provar, assiste-nos o direito de admitir que existem outras razões, essas sim, as verdadeiras razões. Recordo que o preço do petróleo em Abril de 2005 e em Outubro de 2004 era precisamente o mesmo.

O que se passou, e já ninguém tem dúvidas, foi que o Governo Regional cedeu a pressões dos operadores para transferir os custos da distribuição, até então suportados pelas companhias, para o passageiro.

Tratou-se tão só de uma "habilidade" para, num serviço público e estratégico, aumentar unilateralmente o preço das passagens.



Senhor Presidente.

Senhores Deputados.

Senhores Membros do Governo.

A apresentação deste relatório, permitiu também entender a fragilidade negocial do Governo Regional, junto do Governo da República e perante as pressões dos operadores.

Não temos dúvidas que as negociações para a fixação do “subsídio ao bilhete” foram e serão sempre negociações difíceis. Não podemos é admitir que, repetidamente, o Governo Regional se coloque numa fragilizada posição negocial.

Não aceitamos a vossa posição subordinada e resignada junto da República. Não aceitamos que V. Exas. dêem como certas e inegociáveis as posições do Governo do Eng. Sócrates ou de qualquer outro.

Não aceitamos que, uma vez por alegadas divergências, e outra por incapacidade argumentativa, o Governo Regional só tenha para dizer aos açorianos que as passagens vão ter de aumentar, porque o Governo da República não quer gastar mais com o transporte aéreo de e para os Açores.

O PSD exige de V. Exas. maior vigor, maior autoconfiança, maior inspiração, mais alguma transpiração e naturalmente maior, muito maior capacidade de influência política neste e em todos os processos negociais, onde esteja em causa a salvaguarda dos interesses dos açorianos.

O PSD apresentou durante todo o ano de 2005 críticas e sugestões para a ronda negocial de definição das Regras do Serviço Público de Transporte aéreo a vigorar em 2006.

Afirmou inclusivamente que a autorização dada pelo INAC, para a inclusão no talão do bilhete da

famigerada taxa de emissão, abria uma “janela de negociação” junto do Governo da República, porquanto validava o argumento da necessidade do aumento do “subsídio ao bilhete”.

Defendeu ainda a aplicação do princípio da “SCUT aérea”, argumento este que capacitava o Governo Regional a exigir que o financiamento do Serviço Público de Transporte Aéreo, gozasse dos mesmos critérios aplicados às SCUT ao território continental. Nada disso V. Exas. souberam ou quiseram reivindicar.

Não teria sido difícil utilizar as próprias palavras do Primeiro-ministro, e do Ministro das Finanças, quando defenderam e defendem a manutenção e extensão da rede de SCUT, nas condições que eles próprios definiram, e passo a citar, *“auto estradas sem portagens (SCUT) vão continuar **a não ser pagas pelo utilizador**, enquanto as regiões por elas servidas não atingirem os índices de desenvolvimento iguais à média nacional. O*

objectivo das auto-estradas sem portagens é promover o desenvolvimento regional. É dever do país financiar a promoção do desenvolvimento das regiões”, fim de citação. (Público – 5/11/2005)

V. Exas. tinham tudo para, nas negociações para 2006, corrigirem o que correu mal em 2005. Preferiram uma atitude subserviente e resignada, e trouxeram na bagagem uma mão cheia de nada.

De todo o lado surgem críticas ao custo das passagens. Todos temos conhecimento das condições vantajosas que estão a ser disponibilizadas, pelos operadores, para quem nos quer visitar.

O PSD não compreende, porque é que para aos açorianos residentes, não foram previstas, nas Regras de Serviço Público, tarifas PEX e promocionais, alias tal como acontece nas Regras de Serviço Público definidas para os residentes na Região Autónoma da Madeira.

Para os residentes na Madeira são praticadas tarifas promocionais de 98 euros e PEX de 125 euros, nos por cá só temos tarifas de 184 euros, sobre as quais pagamos taxas e mais taxas que atiram o valor da passagem para perto dos 220 euros, para mais do que para menos.

Agora propuseram, e já está escrito no Jornal Oficial da União Europeia, mais uma taxa para o combustível.

De taxa em taxa vamos passar a pagar, nas deslocações para o continente português, qualquer coisa como 235 euros. Para mais do que para menos!

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo



O PSD está desapontado com a atitude do Governo Regional. Nas negociações do Serviço Público de Transporte Aéreo para 2006, V. Exas. tiveram a oportunidade de ouro para corrigir a experiência mal sucedida de 2005. Preferiram a resignação e a subserviência.

Apresentaram-se fragilizados e com falta de confiança. Faltou-vos atitude, intransigência e capacidade de persuasão. Saíram mais uma vez derrotados, prejudicaram os açorianos e continuam a penalizar um sector, provavelmente o mais estratégico no processo de desenvolvimento dos Açores.

Termino com uma palavra de optimismo e esperança. O Relatório objecto deste debate, permitiu em sede de Comissão de Economia, construir consensos à volta de muitas das propostas de melhoria.



O PSD regista com agrado este facto, e sem ponta de ironia, faz votos para que o Grupo Parlamentar do PS possa também, no futuro, contribuir para a melhoria do Serviço Público de Transporte Aéreo.

Esta Assembleia é também lugar para construir consensos sobre matérias de relevante interesse para os Açores. O transporte aéreo é um caso.

Disse.